
INTRODUÇÃO

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

Várias são as linhas que se entrecruzam nesta obra, mas a Educação e a Comunicação constituem, sem dúvida, seus dois grandes eixos epistemológicos.

Habitualmente nos acostumamos a pensar nesses dois grandes campos do conhecimento como distintos, independentes e até divergentes em seus pressupostos e intenções.

Do ponto de vista prático, entretanto, podemos constatar que tanto um quanto outro lidam com as interações entre as pessoas, mediadas por agentes especializados (indivíduos que se dedicam especificamente a esse trabalho), e visam, de um modo geral, a aprimorar as relações sociais.

Por esse prisma, podemos compreender os numerosos pontos em comum entre a missão do educador e a do comunicador, tais como:

- preservar e ampliar os saberes constituídos;
- manter a coesão do tecido social;
- sustentar a lógica do sistema de produção e consumo;
- fortalecer o estado de direito;
- melhorar a relação interpessoal (entre os indivíduos);
- melhorar a relação intrapessoal (dos indivíduos consigo mesmos).

Note-se que esse pequeno rol de atuações combina esferas de interesse pessoal e social, sugerindo, talvez, que as posições aparentemente opostas de um e outro sejam, na verdade, convergentes.

Além dessas, muitas outras atribuições poderiam ser associadas indistintamente à Comunicação ou à Educação, mas é importante também não perdermos de vista as especificidades de uma e de outra.

Para compreender melhor a questão, podemos extrapolar a delimitação formal entre a Educação e a Comunicação para analisar o que fazem uma e outra em termos de *processos*.

PROCESSOS EDUCATIVOS, PROCESSOS COMUNICATIVOS

Desde que a humanidade começou a perpetuar seus registros no tempo, compondo a História, chegam evidências de que os grupos humanos têm desenvolvido de forma progressivamente mais sistemática *processos educativos* e *processos comunicativos*, ambos entendidos basicamente como



ações objetivas direcionadas para a organização e a transmissão de conhecimentos de um indivíduo a outro.

Tais ações, porém, divergem bastante nos aspectos analisados a seguir.

Alcance

Enquanto os *processos comunicativos* (PCs) tendem a expandir seu *âmbito geográfico*, buscando um número sempre maior de interlocutores, os *processos educativos* (PEs) demonstram grande preocupação com a preservação da mensagem transmitida, o que estende seu alcance no *âmbito histórico*.

Objetivo prioritário

Os PEs visam quase sempre a um fim utilitário que pode ser o de instruir sobre o uso de tecnologias, disseminar um certo matiz lingüístico ou validar uma moral específica, entre outros.

Já os PCs costumam ainda sustentar o que poderíamos chamar de uma “distinção menor entre meios e fins”, podendo até, em certa medida, ser tomados como “espontaneístas”.

Sentido da informação

Os PCs se pautam, em princípio, pela multidirecionalidade. Os PEs, estruturados em objetivos mais estritos, costumam centralizar o fluxo da informação no sentido do educador (geralmente chamado professor) para o educando (aluno).

No campo da Comunicação, imperaram durante algum tempo teorias que reconheciam o poder irresistível dos emissores sobre os receptores. A corrente funcionalista, não obstante superada entre os próprios comunicadores, repercutiu profundamente na área pedagógica, dando suporte ao behaviorismo e instituindo o permanente viés crítico com que se analisam as mídias na escola.

Relação entre os agentes do processo

No item anterior, ficou clara a existência de uma primazia do emissor nos PEs. Na verdade, seria mais exato dizer que a Educação enfatiza o ato de transmitir a informação mais do que o de recebê-la.

Por sua vez, os PCs, nos dias de hoje, alimentam uma grande preocupação com *quem recebe a mensagem*, inclusive pela identificação deste personagem com o consumidor.

Relação com os poderes constituídos

Neste parâmetro, a distinção é mais clara. Pode-se considerar a relação íntima dos PEs com o Estado (o poder político constituído), na medida em que, a partir do Iluminismo, este assume a universalização do ensino como uma de suas funções.

Os PCs, por seu turno, apesar de geridos pelo Estado (que aprendeu rapidamente a usá-los para sustentar-se politicamente), acabam se identificando mais com os setores produtivos (o poder econômico), uma vez que o poder do capital investe pesadamente na indústria da informação.

Outros aspectos de intersecção entre PEs e PCs poderiam ser examinados. Porém, dentro do escopo deste livro – isto é, para construir uma visão abrangente e objetiva da relação Comunicação-Educação –, já avançamos bastante.

Sem dúvida, é fundamental para o educador responsável estar atento à convergência histórica de interesses entre a Educação e a Comunicação, especialmente quando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se esforçam para diluir os limites entre acessar dados e aprender, ou, segundo alguns, entre *informação* e *conhecimento*.

EDUCOMUNICAÇÃO: UMA ABORDAGEM DIFERENCIADA



As reflexões até aqui desenvolvidas tiveram como objetivos:

- situar criticamente o professor-leitor no universo das relações entre a Comunicação (origem do rádio e de sua linguagem) e a Educação (destino do trabalho pedagógico aqui proposto);
- inserir o professor-leitor no debate sobre o uso dos meios de comunicação na escola, não apenas como recursos de apoio a um fazer pedagógico estabelecido, mas como interfaces que ajudem a cumprir a promessa permanente de uma educação democrática e universal que a escola ainda sustenta;
- introduzir conceitos referentes ao fazer comunicativo e que são indispensáveis para que o educador se aproprie da radiofonia (e de outras linguagens) com todo o seu potencial “revolucionário”.

O diferencial mais importante deste livro é a proposição de uma abordagem que busque não conciliar, mas, sim, subverter radicalmente os conceitos pedagógicos e comunicativos vigentes.

Tratamos aqui da *educomunicação*.

DE QUE ESTAMOS FALANDO, AFINAL?



A palavra *educomunicação*, que não é tão nova quanto possa aparentar, não pretende descrever o “atrelamento” de recursos comunicacionais num projeto pedagógico na escola. Também não quer dizer o contrário, isto é, que o campo da comunicação resolveu encampar a função institucionalizada da escola e substituir os professores por...comunicadores.

O termo vem sendo utilizado, há algum tempo, por estudiosos da comunicação (principalmente alguns autores latino-americanos) e, embora seja cada vez mais comum na mídia, sua ocorrência – e a de expressões correlatas como “educomunicativo”, “educomunicador” e outras – define, às vezes, objetos de estudo diferentes.

No caso particular dos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (NCE da ECA-USP), a palavra designa especificamente um campo emergente (e diferente) de estudos e práticas que não pode ser de todo absorvido (ou justificado, ou explicado) nem pela Comunicação nem pela Educação (ou pela Pedagogia).

Mais do que uma questão semântica, o que os pesquisadores do NCE propõem é o reconhecimento de que ocorrem, em todos os espaços educativos, ações espontâneas ou sistemáticas, mais ou menos conscientes, que apontam para a transformação do paradigma educacional tal qual o conhecemos até hoje.



Nesse contexto particular, as mídias e a mediação comunicativa não representam apenas “recursos a mais” dentro de um fazer já estruturado, mas, sim, o veículo, a situação e o ambiente privilegiados para sustentar a tríade conteúdos-habilidades-attitudes.

A educomunicação propõe

a construção de ecossistemas comunicativos abertos, dialógicos e criativos, nos espaços educativos, quebrando a hierarquia na distribuição do saber, justamente pelo reconhecimento de que todas as pessoas envolvidas no fluxo da informação são produtoras de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar. (NCE da ECA-USP)

Do ponto de vista prático, algumas das transformações mais significativas no trabalho do professor propostas pelo novo campo seriam:

- *A noção do espaço educativo como um ecossistema aberto* – no qual as relações entre educadores e educandos devem ser simétricas e bidirecionais (ou dialógicas, como diria Paulo Freire). Neste contexto, nos referimos ao papel do professor (aquele que *professa*) não como um transmissor de saberes ou um *ensinante*, mas como um *mediador* de situações e processos educativos.
- *A gestão compartilhada dos processos educacionais* – um desdobramento natural do pressuposto anterior, já que o sentido da hierarquia e previsibilidade da relação ensino-aprendizagem é substituída pelo compartilhamento de situações e processos criativos que propiciem a verdadeira construção do conhecimento.
- *A transversalidade do discurso* – que é um conceito até certo ponto assimilado pelo pensamento didático-pedagógico (vide textos da Nova LDB e dos PCNs), mas, de um modo geral, timidamente praticado. Uma mudança nesse sentido poderia conduzir ao *pensamento transdisciplinar*.
- *Pensamento transdisciplinar* – que liberta o fazer educativo dos cânones ritualizados, das grades curriculares engessadas e de todo um conjunto de procedimentos regimentais, criados num momento histórico que buscava uma escola “produtiva” e que hoje revela-se irremediavelmente anacrônico.
- *O emprego privilegiado da expressão comunicativa por meio da arte* – que devolve a centralidade da dimensão afetiva à Educação, uma tendência já antecipada, há algumas décadas, pelo movimento pedagógico da Arte-Educação.

Como se vê até aqui, nenhum dos pressupostos defendidos pela educomunicação é totalmente desconhecido ou conflitante com as diretrizes defendidas pela escola contemporânea.

A contribuição maior deste aporte filosófico e teórico reside na experiência prática acumulada pelo NCE em parcerias notadamente – mas não exclusivamente – com escolas públicas de vários estados brasileiros.

Uma grande parte das ações desenvolvidas nesses projetos se apóia no emprego da *linguagem radiofônica* com o amplo leque de possibilidades didáticas e pedagógicas que ela oferece.

Compartilhar tal experiência e visão é a proposta essencial deste livro.